

PLANO DE BACIA

INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO

José Bonifácio Mourão é prefeito de Governador Valadares, a maior cidade da bacia do Doce. Doutor em Direito pela UFMG, atuou com destaque na área até assumir a carreira política, inicialmente como vice-prefeito. Deputado estadual por três mandatos, foi eleito relator da IV Constituinte do Estado de Minas Gerais, em 1988.

Assumiu a presidência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce em junho de 2006 enfatizando a importância da integração do CBH-Doce com os comitês de bacias dos rios afluentes. Nesta entrevista, diz que sua meta à frente do CBH-Doce é agilizar o processo de elaboração conjunta, integrada e coordenada, dos planos de recursos hídricos de todos os comitês da bacia.



A integração da bacia do rio Doce é sua grande motivação à frente do comitê?

Esta integração é fundamental para fortalecer toda a região da bacia, dar melhores condições de desenvolvimento aos projetos e ampliar o diálogo de um comitê com outro. Mas a integração não pode ser vista como um fim em si mesma; ela é uma condição para fazer avançar a gestão de recursos hídricos na bacia, com a implementação dos instrumentos previstos na legislação, que também estabelece negociação, articulação e pactuação, como condições para o bom funcionamento do sistema.

O senhor acredita que os seis

CBHs de Minas Gerais e os dois do Espírito Santo estão receptivos a essa integração com o CBH-Doce?

Eles já dão sinais de que são receptivos à integração. O importante é trabalhar buscando o entendimento e procurando observar os anseios e necessidades de todas as partes envolvidas. É preciso esclarecer a natureza da integração que desejamos, e o que desejam os comitês de bacias na área de atuação do CBH-Doce. É preciso reconhecer o direito legítimo dos CBHs de pleitearem uma integração respeitosa, que considere a legitimidade de sua atuação, suas prerrogativas e que dê relevo à sua visão particular da gestão na bacia;

valorizar as diferenças e necessidades de todos, para que, os eventualmente divergentes, possam debater democraticamente suas diferenças e estabelecer consensos. E este é apenas um dos papéis do comitê, cujo objetivo maior é trabalhar para obter a melhoria da qualidade e quantidade das águas, em diversos usos que permitam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

A articulação entre ANA, IGAM e IEMA para a construção do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce a partir da elaboração dos planos das bacias dos rios afluentes, envolvendo os CBHs estaduais, pode ser o fator

“Minha principal meta é reunir as condições para obter os recursos já previstos e liberá-los para agilizar o processo de elaboração conjunta, integrada e coordenada dos planos de recursos hídricos de todos os comitês da Bacia.”



decisivo para consolidar a integração?

Para o CBH-Doce, o interesse do PRHRD não é apenas ser um excelente produto técnico, mas também legitimá-lo de forma conjunta. Por isso mesmo, acredito nessa articulação como fator decisivo para fortalecer a integração. Minha principal meta como presidente do CBH-Doce é reunir as condições para obter os recursos já previstos e liberá-los para agilizar o processo de elaboração conjunta, integrada e coordenada dos planos de recursos hídricos de todos os comitês da bacia. Esse processo já demonstra seu êxito, pois conseguiu a adesão quase que unânime dos CBHs e conta com o forte compromisso da ANA, do IGAM e do IEMA.

Nesse processo, o que o senhor espera dos membros de comitês, tanto aqueles que participam do colegiado do CBH-Doce como dos CBHs estaduais?

É consensual a opinião acerca da necessidade de um plano macro para a bacia do rio Doce. Não tenho dúvidas de que todos têm o mesmo objetivo, que é corrigir os déficits da bacia, o que não ocorrerá sem planejamento e cooperação. Neste cenário, é perceptível a existência de um amadurecimento muito grande dos membros dos comitês. Todos já estão cientes de que ou a implementação do sistema se efetiva ou essa nova experiência de

gestão pública, com participação da sociedade civil e de setores usuários, e com preceitos e objetivos tão nobres, pode vir a fracassar.

Em sua opinião, os políticos mineiros e capixabas estão cumprindo seu papel junto aos comitês?

A CIPE Rio Doce (Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce), formada por deputados estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, tem feito um grande trabalho na questão do saneamento em parceria com o comitê, que pode inclusive, ser reproduzida no nível federal em diversas áreas.

A organização de uma bancada que se afine com as questões sanitárias, ambientais e hídricas da bacia seria algo bastante salutar, uma vez que precisamos verbalizar as demandas que nos são impostas pelos grandes desafios da gestão.

Um exemplo é a questão do Projeto de Modernização e Ampliação do Sistema de Alerta de Cheias da Bacia do Rio Doce, elaborado em parceria pelo CBH-Doce, ANA e CPRM. Precisamos sensibilizar os órgãos afetos ao tema e incluir recursos no orçamento da União; e vamos trabalhar para isto, também, na esfera federal, colocando os interesses coletivos acima de tudo.

Na sua percepção, a sociedade consegue ver e entender o que são e

o que fazem os comitês?

Temos procurado difundir o que é o comitê, mas como se trata de uma experiência recente, a população somente conhecerá melhor o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos na medida em que ele começar a influenciar seu cotidiano. Importante nesse momento é que os segmentos que compõem o sistema: usuários, sociedade civil e governos, atribuem uma grande importância à sua organização e implementação, um sinal claro de que o sistema tem relevância social, econômica, ambiental e política. Os resultados práticos e o reconhecimento da população virão naturalmente, como estão ocorrendo em bacias onde a gestão está mais avançada, a exemplo do Paraíba do Sul.

Qual o papel de ações de mobilização e marketing como o Fórum das Águas do Rio Doce nesse contexto?

O Fórum das Águas é uma vitoriosa experiência de mobilização social e difusão do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e tem, entre outros, o mérito de colocar em pauta a gestão como instrumento de transformação. Só isso já atesta a imprescindível relevância da realização deste Fórum. A visibilidade proporcionada ao trabalho dos comitês é outro papel preponderante exercido pelo Fórum, e que merece ser devidamente valorizado. ■

O homem que levou a CVRD para o mundo

Uma das maiores autoridades brasileiras em desenvolvimento estratégico, o engenheiro e executivo Eliezer Batista da Silva é considerado um dos principais responsáveis pela transformação da Companhia Vale do Rio Doce numa gigante mundial.

Nascido em Nova Era, antiga São José da Lagoa, na bacia do Doce, diplomou-se pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, em 1948. No ano seguinte, passou a trabalhar na Companhia Vale do Rio Doce, como engenheiro ferroviário. Ocupou vários cargos na empresa até chegar à sua presidência, em 1961. Foi a primeira vez que um funcionário de carreira chegou ao posto máximo da empresa.



Eliezer Batista foi o idealizador e grande responsável pela construção do porto de Tubarão, no Espírito Santo, que mudou o paradigma logístico dos graneleiros em escala mundial. Único brasileiro a receber o título de *doutor honoris causa* da Academia Russa de Ciências, foi condecorado com a Medalha do Sol Nascente, maior honraria concedida pelo governo japonês e que lhe foi entregue pessoalmente pelo imperador Hiroito.

Foi um dos fundadores do Instituto Bioatlântica, ONG voltada para ações que visam ao desenvolvimento sustentável de regiões.

Recebeu a REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE em seu escritório na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), onde falou de passado, presente e futuro da bacia.

Como era o Doce lá do início, na infância, em São José da Lagoa?

Era diferente, o vale era toda uma floresta densa, quase intocada. Mas

desde aquela época já sofria desmatamento promovido para produção de carvão. Onde é Ipatinga, por exemplo, havia malária e vários problemas relacionados à floresta.

Naquela época chovia muito mais. Durante a reconstrução da Vitória-Minas, onde passei muito tempo trabalhando, era um problema muito difícil, devido às condições físicas.

No decorrer do tempo houve uma degradação tão grande que é inconcebível o que está acontecendo com os recursos hídricos. A vazão do rio hoje é quatro vezes menor que há 25 anos. É uma degradação muito rápida na região de Valadares, por exemplo, ou em outras, onde há intensa pecuária. É um solo arenoso e às vezes pouco fértil, chove pouco e ainda existe a ação do pisoteio do gado. Pequenos riachos e ribeirões estão secando, deixando de ser perenes. Isso altera tudo.

É possível reverter esse quadro?

O Espírito Santo é muito dependente das águas do Doce, não é um estado rico em volume de águas; então a recuperação do rio Doce é fundamental para o estado. Não se trata apenas de despoluição, de qualidade, mas também de quantidade. Se fosse apenas qualidade seria muito mais fácil. Para recuperar os sistemas hídricos é preciso começar a reflorestar, para recuperar as vazões e as reservas subterrâneas, que diminuem as perdas por evaporação.

Não há floresta sem água nem água sem floresta. Deve-se fazer um reflorestamento em massa, sobretudo de essências nativas, mas dando muita importância também ao reflorestamento com finalidades econômicas.

O primeiro passo foi reunir os governos de Minas e Espírito Santo e o IBIO - Instituto Bioatlântica e fazer a pergunta: como vamos reconstruir tudo isso? Nosso critério básico é o

desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento onde as componentes econômica, social e ambiental são tratadas simultaneamente.

As dosagens de cada uma delas dependem da natureza do projeto. Tem projetos em que o lado social é mais importante. Reflorestamento é uma delas, porque a mão-de-obra é intensiva. E há outras, como a maior parte das indústrias de tecnologia de ponta, em que o elemento social é menos importante. Cada um tem uma componente principal.

E a fruticultura?

Fruticultura tem os lados econômico, social e ambiental. É um exemplo de desenvolvimento sustentável. Sem a componente econômica não funciona. O erro do Brasil é separar. Temos o Ministério do Meio Ambiente em vez do Ministério de Desenvolvimento Sustentável. É colocar o rabo dirigindo o cachorro. Tem que haver secretarias de desenvolvimento sustentável. Só meio ambiente, sem componentes econômica e social, quem vai pagar as contas, quem vai gerar emprego, quem vai defender o elemento humano, que é o nosso objetivo final? É um contra-senso.

É muito fácil tratar só do Jacu-do-rabo-vermelho, mas quem vai pagar por isto? Você tem que ter água, floresta... A própria vida depende disso. As pessoas que moram no interior vivem da agricultura, silvicultura, precisam de água. Como separar o ambiental do social? E não só os dois, a matéria-prima para a indústria vem dali também. A floresta gera madeira para a indústria de celulose e todos os sub-produtos dela, a indústria têxtil, a redução para metais por carvão vegetal, muito usada, por exemplo, para o silício de componentes eletrônicos.

No chamado protocolo da Pedra Azul, organizado pelos governos de Minas e Espírito Santo, há cerca de um ano e meio, foi decidido cuidar da bacia do rio Doce como um todo. É uma unidade de paisagem extremamente importante, de dimensões que podem atrair o interesse de doadores de fundos, de pessoas que querem ver resultados dentro de uma concepção integrada, mais ampla, não um

pedacinho de um ecossistema. Você pode expandir para outras bacias mais tarde, mas é preciso uma unidade de paisagem inicial que te permita ter o interesse daqueles que querem ajudar ou queiram investir lá.

Lá fora há milhões de dólares em recursos, de pessoas como Bill Gates ou Shmidheiny. Eles dão dinheiro de graça, compram terras e dizem "toma conta disso". Mas eles só dão dinheiro para coisas grandes, com metodologia científica por trás, tecnologia, só assim eles acreditam, não aquele negócio improvisado, não em chutologia.

Nós contamos com o investimento de empresários que possam criar empregos, aproveitar na região o que ela pode oferecer, como matérias-primas, para industrialização e agregação de valores. Aí você tem que ter empresários estrangeiros, tem de ter um ambiente favorável aos investimentos privados e governamentais.

Por exemplo, infelizmente a bacia quase toda tem uma topografia pouco favorável, terreno ondulado, acidentado, com baixa competitividade em relação às terras planas. As terras onduladas, por outro lado, têm custo mais baixo e são competitivas por estarem mais perto das possibilidades de logística.

Você tem de compensar nessas terras acidentadas com leis que favoreçam o reflorestamento, que hoje serve para várias finalidades. Por exemplo, o biodiesel, hoje, depende muito de florestas. O etanol mais econômico é o celulósico, que vem da celulose, não da cana-de-açúcar.

Então o senhor vê hoje que a grande vocação do Doce é o reflorestamento?

É a vocação. Que fique bem claro

que a madeira é hoje a matéria-prima mais preciosa do mundo inteiro. Além do mais, a madeira é o único recurso de grandes proporções que você tem para melhorar a questão das mudanças climáticas, que é básica. As condições para reflorestamento precisam ser incentivadas. Um exemplo concreto é a Cenibra, uma empresa que a gente começou no início da década de 70 e tem alta produtividade em zonas onduladas.

Ao mesmo tempo, a bacia tem recursos naturais, como o ferro, o silício, uma série de metais e minerais industriais de alto valor, com a logística para exportar produtos e importar insumos e a disponibilidade de energia do lugar. Você pode aproveitar as PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) do próprio rio Doce, que somadas, dão mais de 2000 megawatts. Estamos próximos do gás do Espírito Santo, e eventualmente vamos ter mais descobertas de gás. Você já tem um começo aí.

Pensamos também na bacia do Jequitinhonha, Mucuri etc., integrando toda aquela região que está relativamente próxima ao mar. Uma vez sendo feito o diagnóstico, que já está em andamento, liderado na parte ambiental pelo IBIO e na parte econômica pelos estados de Minas e Espírito Santo, nós queremos ver isso começando desde já. Tem que mostrar que isso funciona. Temos tido sucesso em trazer novos empreendimentos de grandes dimensões, tanto para Minas quanto para o Espírito Santo.

Já tem coisas acontecendo?

Já tem coisas acontecendo, grandes e pequenas. Essas leis florestais também vão favorecer o pequeno proprietário, os fazendeiros

“O erro do Brasil é separar. Temos o Ministério do Meio Ambiente em vez do Ministério de Desenvolvimento Sustentável. É colocar o rabo dirigindo o cachorro.”



que podem usar as áreas improdutivas, tudo isso sem prejudicar as áreas que ele precisa para sua sobrevivência. Seria uma renda adicional, porque o mercado já existe. Você está plantando uma coisa para a qual você já tem mercado, não é uma fantasia, isso aqui é uma coisa com o pé no chão.

Madeira para carvão vegetal vale ainda mais que para celulose. A madeira é a grande solução para todo mundo naquela região. Qualquer fazendeiro ali tem mentalidade de boi, mas não é uma boa opção para aquela região. Se você quiser perder dinheiro, não há melhor oportunidade.

Eu tenho floresta lá no Espírito Santo. Vendo o metro cúbico de madeira por 500 reais. Não é eucalipto, mas a *Cupressus lusitanica*, por exemplo, madeiras exóticas mas de grande beleza, que não são atacadas por cupins. Esse é o valor dela em pé, pago por quem vai lá e corta e leva. Qual boi dá esse resultado? Não existe.

E você vê o que é a recuperação de nascentes onde agricultura, silvicultura e pecuária são desenvolvidas no mesmo lugar. Nos morros você planta árvores a certa distância para o capim de sombra, o gado limpa o capim ao comê-lo, evitando que se precise capinar. E nas zonas planas você planta culturas de maior valor agregado, a exemplo de certos grãos, como a aveia.

Por isso, o que falta é criar um ambiente favorável ao investidor privado; isso é fundamental. Crescimento da propriedade privada, facilidades e incentivos para que ele invista no lugar. E a questão do governo para orientar. Aqui está acontecendo isso, felizmente são dois estados que estão muito bem orientados.

Os dois governos estão fazendo o dever de casa?

Muito bem. Mais do que isso, eles estão cumprindo com entusiasmo. Os dois governadores estão engajados de corpo e alma. Eles estão fazendo o que podem e são muito bons. E as equipes são muito boas, estão motivadas e empenhadas em importantes ações.

Eles vão agir junto do governo

federal, porque a política florestal depende muito do governo federal. Eles já são os atores para tratar junto ao governo federal.

Como o senhor vê o papel dos municípios? Os gestores municipais estão enxergando o que está acontecendo, ou não?

A economia brasileira hoje chegou a um novo estágio. Você tem um fórum aqui no Rio de Janeiro onde os governos federal, estadual e municipal estão juntos, porque uma lei federal não pode ser opositora de uma lei estadual nem municipal, ou entre si. Essa harmonia tem que existir, senão vamos criar dificuldades para nós, e isso é que dá origem, muitas vezes a essa tremenda burocracia. E a burocracia gera corrupção, a corrupção gera tudo que você está vendo por aí.

O negócio é sair desse impasse, para sair é preciso entendimento entre essas três entidades: federal, estadual e municipal.

É fundamental, é *conditio sine qua non*.

Mas os prefeitos são obrigados a administrar a contabilidade, a conta para pagar no final do mês, o desespero do dia-a-dia.

Essa é a mensagem que você tem de levar a eles. Tem que educá-los.

O valor dessa revista é exatamente esse: levar a mensagem que pode tirá-los do buraco, senão eles vão ficar a vida inteira fazendo a mesma coisa, e cada vez com menos recurso.

O vale simplesmente está morrendo. Não tem água. E o que você vai fazer sem água? É um problema mundial, não é só nosso, só que o nosso está se agravando com muito mais rapidez, por causa da ignorância predominante. Ninguém quer enxergar isso, só enxerga o dia-a-dia. Eu compreendo que você tem que pensar no dia-a-dia, mas nada o impede de gastar um pouco de tempo para pensar a prazo mais longo.

Se nós não tivéssemos pensado no futuro da Vale do Rio Doce, nós não teríamos ido para Carajás. Eu tive muita oposição em Minas Gerais, porque preferíamos sentimentalmente fazer em Minas tudo aquilo. Mas



“A educação é a base de tudo. Se você não educar, não pode entrar na vida moderna”

a Vale do Rio Doce seria o que é hoje? Nada! E virou maior empresa de ferro do mundo, porque olhamos para o futuro.

Se você quiser uma região próspera, com eliminação da pobreza, tem que entender isso. Se você for no Espírito Santo, verá que tem já áreas sem pobreza no interior, porque compreenderam essa mensagem. Na região de Venda Nova, Santa Maria do Jetibá, vai lá e vê, não tem mais pobreza. Outras, como Brejetuba já estão mudando. Você vê uma casinha mais pobre, mas ao lado dela já tem uma nova, boa, todo mundo funcionando.

Você pula para Minas é aquela pasmaceira, dá tristeza ver aquilo. Nada acontecendo, porque ninguém quer entender isso que está aqui.

O senhor, como cidadão, se sente à vontade para falar isso aos prefeitos?

Na minha idade eu não faço concessão a não ser à verdade. Isso eu aprendi porque vivenciei esse problema, a minha vida inteira foi lutando contra isso.

Nós fomos pioneiros. Aquela conferência do Rio, Eco 92, foi

inspirada no projeto Carajás. O desenvolvimento sustentável se originou conosco.

Quando estava todo mundo colocando fogo nas florestas do norte do Espírito Santo, nós compramos tudo aquilo ali, 20 e tantos mil hectares para estudar a floresta, para reflorestar com essências nativas. Começamos a reflorestar ao longo da Vitória-Minas, tudo isso vem daquela época.

Eu fundei a reserva da Vale em Linhares. Adquirimos as terras em 57 e tivemos que mentir para a diretoria aprovar a compra. Dissemos que era para fazer dormentes, ninguém queria saber de preservação.

Como utilizar a riqueza de nossa diversidade biológica para as possibilidades da biotecnologia?

Já tem muito estudo sobre isso, tem muita coisa boa, só que é tudo fragmentado. Você tem que ter uma instituição centralizando todos os conhecimentos, para não repeti-los e não fragmentá-los mais. Nós não temos dinheiro suficiente para pagar um desperdício tão grande como esse. Tem que concentrar.

A criação de uma unidade da bacia do rio Doce é um pensamento sistêmico. No mundo moderno você não tem o pensamento pontual, linear. É sistêmico, você pensa no conjunto.

Um médico, para dar diagnóstico no seu calcanhar, precisa conhecer toda a fisiologia do seu corpo. Se tiver apenas conhecimento do calcanhar, ele te deixa na mão, para cada diagnóstico seriam precisos trinta médicos, um de cada parte do corpo.

É a mesma coisa disso aqui. Tem muito conhecimento, mas um pedacinho ali, um pedacinho lá. Isso não funciona.

Nós estamos tentando com a UFMG, as instituições de pesquisa, o IBIO, que tem acesso a recursos no exterior, etc, para ver todos esses conhecimentos concentrados em mãos de gente competente que possa não só melhorar o que já tem como começar novas áreas de pesquisa.

Mas mudar paradigmas é muito complicado...

Mas você entra nele ou fica para trás. É aquele negócio do filósofo

baiano: jacaré bobeou, amanheceu bolsa.

E que caminho o senhor vê para o Brasil?

Educação. Não tem outro. É educação de qualidade, não é qualquer educação, não. Educação correta, científica, não só lítero-musical, que também é importante, mas é o coroamento de um processo.

Eu me lembro...Você ia a Paris, estavam lá 100 estudantes coreanos, todos estudando química, engenharia, matemática, etc. Os chineses, igualmente. Ia ver o brasileiro, sempre lá estudando *esthétique de la politique*. O outro, balé...Não sou contra não, gosto muito disso. Mas você começa a

“O Norte de Minas já foi uma região como é o Vale do Rio Doce. O Jequitinhonha foi devastado e virou deserto”.

casa pelo telhado? Você começa pela fundação. Não é o mais agradável, mas é a sua realidade, você tem de encarar a sua realidade.

Resultado, aquele pessoal voltou lá para os seus países e você tem a Coréia hoje, tem o que a China está se tornando, e nós andando para trás, crescendo como rabo de cavalo.

A educação é a base de tudo. Se você não educar, não pode entrar na vida moderna.

O senhor costuma dizer que o Brasil precisa de um choque de consciência. O que isso quer dizer?

É aquilatar o grau de atraso em que nos achamos. Como é que você quer entrar na vida moderna sem conhecimento científico e sem o instrumental de trabalho moderno? Sem a ferramenta correta você não faz aquilo que quer fazer.

Estou em contato com pesquisadores no mundo inteiro, e só aqui a ignorância predomina, e do pior tipo, a ignorância turbinada, quando o sujeito acredita e tem iniciativa para as coisas erradas. Isso ocorre num país que tem a empresa com melhor conhecimento agrícola tropical do mundo, que é a Embrapa, um pessoal extremamente competente. Converse com eles e você vai ouvir coisas semelhantes.

Mas o pessoal aqui não acredita, porque falta compreensão. Tem que acreditar. Para acreditar você tem que falar com alguém que sabe mais que você, que está a par do que acontece no mundo todo.

A região da foz do rio Doce sofre as consequências de todos os problemas da bacia. O senhor participa de algum trabalho específico para a região da foz?

Menos de 3% das águas dos rios da China chegam ao mar. Está acontecendo isso lá, daqui a pouco não tem água nem para chegar ao mar.

Depende tudo da recuperação das águas a montante, que é o que estamos fazendo. Ao mesmo tempo você vai tratar dos assuntos referentes à região da foz adequadamente, mas se não tiver água, não vai acontecer nada. Vai estar sujeito a enchentes, que trazem a erosão, e a erosão é o assoreamento. Esse assoreamento vai diminuir com as barragens que vão sendo construídas. Você tem que ter o cuidado de fazer uso de fertilizantes para não deixar empobrecimento maior, porque ali é uma área de turfa.

Isso tudo está sendo cuidado, mas você tem que dar prioridade para as coisas mais importantes no momento, tratar da montante com relação à preservação dos recursos hídricos.

Conte um pouco sobre a reconstrução da Vitória-Minas e o problema com o porto de Tubarão.

Nós começamos a reconstruir a Vale do Rio Doce nos anos 50, com um contrato para a modernização da Vitória-Minas, que era uma estradinha vagabunda. O contrato acabou e nós ficamos pendurados na brocha. Eu subi na escada, tiraram a escada e eu fiquei lá pendurado. Não tinha dinheiro

para acabar. Acabamos aquilo com esforço heróico para arranjar dinheiro, que ninguém queria emprestar.

Mas não acabamos o porto, então ficou a estrada de ferro pronta, gastou recursos que a gente nem tinha, e ficou um portinho pequeno. E o mercado que existia era no Japão. Ele nasceu morto.

E quais eram as condições durante a obra?

Pessoalmente foi o período mais difícil meu, porque naquela ocasião você não tinha o instrumental de trabalho que você tem hoje: comunicações, internet.

Você ia para o mato, estava na construção de pontes, na manutenção da linha, você dormia no meio do mato, com chuva, com mosquito, com doença, com tudo.

O senhor faria de novo, correria este mesmo risco?

Não na minha idade! [risos...]

Faria outra vez. Ou você topa isso ou não faz nada. Não sou de largar e deixar, não. Eu faço. Você tem que aprender a enfrentar desafios. E ali tem solução, e uma solução que está à vista.

O Norte de Minas já foi uma região como é o Vale do Rio Doce. O Jequitinhonha foi devastado e virou deserto.

Ali em volta de Valadares não nasce nem capim mais. Cachoeira Escura, aquilo tudo, aqueles altos de morro. É erosão pura.

Você vê, eles proíbem reflorestar. A coisa mais importante aqui é reflorestar, justamente para evitar a erosão. É o sujeito que faz legislação, sentado no ar condicionado e dando regrinhas para os que estão trabalhando. É gozado o burocrata, né? Ele acha que é o dono da verdade.

Eu faria tudo de novo porque não tem outro caminho. É aquele negócio: opção sem alternativa. Qual é a outra alternativa? Não tem outro jeito.

Como eram as preocupações

sociais da Vale do Rio Doce na sua época?

Desde aquela época eu tinha preocupações com a mão-de-obra. Nos Estados Unidos e na Europa eu já via a diferença no tratamento que nós dávamos à nossa força de trabalho. A mentalidade aqui era tratar o operário como se fosse um bicho. Eram mal alimentados, a família não tinha abrigo direito, não tinha educação para as



“O engenheiro daquela ocasião que dava atenção ao peão era considerado comunista”.

crianças nem nada.

Então a gente começou a cuidar da educação do pessoal. Demos casa para todo mundo, alimentação adequada, colégios para os filhos, começamos os programas ambientais, ensinamos a alimentar. O resultado foi imediato. Todo mundo se sentia dentro de uma família. Então ele trabalhava como se estivesse trabalhando pensando no futuro dele. O filho já sendo educado... Ele tinha a esperança de ter um futuro seguro, que você não tem hoje, em pouco lugar você tem isso: “qual é o meu futuro?”.

A Vale do Rio Doce foi criada com

esse espírito. Se você não desse o exemplo, ninguém iria fazer, também tem isso. Você tem dois tipos de líder. Tem o líder que convence pela palavra, mas não dirige. E tem o *condottiere*, que em italiano é o cidadão que dirige, mostra como fazer. Se você não fizer isso, você fala, faz um discurso lindo, e daí não acontece nada.

Isso daí foi feito com esse espírito, já naquela época. Claro que eu aprendi isso lá fora, né? O pessoal não tinha consciência social, que felizmente melhorou muito. Me chamavam de comunista. Em 1964, com a revolução, eu era para ser preso e cassado. Isso era comunismo naquela época. O engenheiro daquela ocasião que dava atenção ao peão era considerado comunista.

E o senhor acha que valeu a pena?

Valeu. Está lá o resultado. Você pode ver pessoas que eram trabalhadores braçais com filhos engenheiros, médicos. Todos bem posicionados na vida, não tem ninguém na miséria.

Para aqueles que ficaram na miséria ao se aposentarem, a minha mulher fez uma rede de instituições privadas com dinheiro trazido da Alemanha e do Japão. Infelizmente isso só aconteceu no Espírito Santo, porque eu já tinha saído da Vale. É a melhor rede de assistência social. Não é igual a essa que distribui Bolsa Família. É ensinar o sujeito a trabalhar, é cuidar de criança abandonada, é escola, creche. Tem mais de 20 creches. Tudo feito com dinheiro privado.

O que o senhor acha da iniciativa do Projeto Águas do Rio Doce, que produz esta revista, o Fórum das Águas do Rio Doce, e uma série de outras ações de marketing e divulgação na bacia, com o papel de levar informações às comunidades?

Esse trabalho é uma das coisas mais importantes, porque enquanto você não vencer a ignorância, você não sai do lugar. ■